



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | Nº. 02 | Ano 2018

Deolindo Nunes de Barros

UM HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SUL-SUL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES GLOBAIS

A historic of South-South relations in the context of global relations

Resumo: O presente artigo tem como finalidade implementar uma análise histórica das relações Sul-Sul no âmbito das relações globais, apresentando uma breve retrospectiva histórica e teórico-conceitual no contexto das aproximações Sul-Sul, bem como “o estado da arte” dos países sulistas. Essa análise vai desde os finais dos anos 1940, momento inicial da Cooperação Sul-Sul, até a atualidade, de certa forma destacando o reforço das parcerias Sul-Sul na primeira década do século XXI, o que muito se deve à atuação de algumas potências emergentes na arena política internacional, nomeadamente o Brasil, bem como a constituição de novos pólos de poder e fóruns de diálogos, como por exemplo o Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Países do Sul Global; Parceria Horizontal; IBAS

Abstract: The present article aims to bring a historical analysis of South-South relations in the context of global relations, setting a brief historical and theoretical-conceptual retrospective in the context of South-South rapprochement as well as "the state of art" of southern countries. This analysis starts from the end of the 1940s, the initial moment of South-South Cooperation, up to now, somehow highlighting the strengthening of South-South partnerships in the first decade of the 21st century, which has to do with the performance of some emerging powers in the international political arena, namely Brazil, as well as the creation of new poles of power and forums for dialogues such as the IBSA Dialogue Forum (India, Brazil and South Africa).

Keywords: South-South Cooperation; The Global South Countries; Horizontal Partnership; IBSA

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

UM HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SUL-SUL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES GLOBAIS

Deolindo Nunes de Barros¹

A estrada do progresso está coberta pelos destroços das nações; há em toda parte resto das hecatombes das raças inferiores, e das vítimas que não encontraram o caminho correto para a perfeição maior. Entretanto, esses povos mortos são, em realidade, as pedras sobre as quais a humanidade subiu à vida mais intelectual e profundamente emocional de hoje.

- KARL PEARSON

Podemos dizer que a cooperação Sul-Sul não é algo tão recente. Os seus primeiros esboços podem ser delineados desde o período pós-Segunda Guerra Mundial, praticamente com a Conferência de Bandung (1955)² que pode servir de marco ou pelo menos um dos acontecimentos que marcou essa relação político-econômica e cultural entre os países do antigo Terceiro Mundo, no intuito de procurar solução para os seus problemas. A cooperação entre os denominados PMDs (Países Menos Desenvolvidos) tem início com o MNA (Movimento dos Não-Alinhados)³ e engloba a atividade do Grupo dos 77⁴ na UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – sigla inglesa)⁵, a NOEI (Nova Ordem Econômica Internacional)⁶ e o surgimento da OPEP (Organização dos Países Exportadores do Petróleo)⁷.

¹Doutor em ciência política pela Unicamp, professor adjunto da UNILAB, Campus dos Malês.

²Teve lugar na Indonésia, de 18 a 24 de abril de 1955, onde se reuniram os líderes de vinte e nove Estados asiáticos e africanos – Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia (atual Mianmar), Camboja, Ceilão (atual Sri Lanka), China (República Popular), Costa do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnã (República Democrática – Norte), Vietnã (República do Sul) e Iêmen, totalizando uma população de 1,350 bilhões de habitantes. Motivar a cooperação econômica e cultural afro-asiática era o propósito, como modo de se opor ao que era visto como colonialismo ou neocolonialismo dos Estados Unidos da América, da União Soviética, ou de outra nação imperialista.

³ O MNA foi fundado em 1961 em Belgrado - capital da Sérvia (ex-república iugoslava). Esse encontro que decorreu de 01 a 06 de setembro desse mesmo ano, contando com as delegações de 25 países, em grande medida foi iniciativa da Índia sob a liderança do seu Primeiro Ministro Jawaharlal Nehru (1947-1964), o primeiro a desempenhar essa função, juntamente com seus homólogos de Indonésia e Egito, bem como o presidente iugoslavo Tito. Como membro fundador mais importante desse encontro, a Índia teve desde o início uma função de protagonista e líder no Movimento dos Não-Alinhados. A participação da Índia nesta organização realçou um aspecto importante da política exterior deste país que persiste até hoje, mesmo que o MNA tenha se mostrado ser mais poderoso no plano simbólico e retórico, do que historicamente significativo. Durante a Guerra Fria, o compromisso de Nehru com a independência e a auto-suficiência colocou o país distante dos EUA, mesmo que o vínculo com a ex-URSS, ainda que mais próxima, jamais chegou a atingir acordos expressivos. Importante salientar que a última conferência dos Não-Alinhados (XVI Cúpula) teve lugar em Teerã – Irã, de 26 a 31 de agosto de 2012.

⁴ Esse movimento foi criado em 1964 e procura, dentro dos processos das Nações Unidas, oferecer uma plataforma que viabilize a articulação das necessidades dos países em desenvolvimento.

⁵ CNUCED (sigla portuguesa), também criada em 1964, em Genebra (Suíça), a fim de responder às reivindicações dos países subdesenvolvidos que contestavam as negociações do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT (sigla em inglês), que não contemplavam os produtos de suas exportações – os produtos primários. Depois do GATT (1947) veio a OMC (1995). Hugon (2009) refere ainda ao CNUCED como tribuna dos Estados pobres que visa reverter os efeitos perversos da liberalização associando o comércio internacional ao desenvolvimento.

⁶ A NOEI foi imposta por uma série de propostas elaboradas e expressas pela Assembleia Geral nos documentos “Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial”, Resolução 3.201, de 1º de maio de 1974, “Plano de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial”, Resolução 3.202, da mesma data, e “Carta de Direitos e Deveres dos Estados”, Resolução 3.281, de 12 de dezembro de 1974. O fito era reduzir a desigualdade de poder nas relações econômicas entre países industrializados e em desenvolvimento.

⁷ A OPEP foi criada em 14 de setembro de 1960, e tem a sua sede em Viena (Áustria). Hoje a organização dispõe de 14 membros: Angola, Argélia, Gabão, Guiné-Equatorial, Líbia e Nigéria (África); Equador e Venezuela (América do Sul); Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Qatar (Oriente Médio). Ressalte-se que com a descoberta do Pré-sal brasileiro, no futuro o país pode fazer parte da OPEP.

O eixo Norte-Sul, o do desenvolvimento econômico-social, começou a esboçar-se em meados da década de 1950, no contexto das independências das colônias européias na Ásia e na África e da reflexão sobre a questão desenvolvimento/subdesenvolvimento, levada a efeito principalmente por intelectuais latino-americanos. Para tanto, concorreram decisivamente a criação da Cepal (1948), a Conferência Afro-Asiática de Bandung (1955) e a Crise de Suez (1956). Esses acontecimentos foram de grande importância, na medida em que exprimiram a idéia de lideranças políticas e intelectuais da América Latina, Ásia e África de que a independência política por si só não era condição suficiente para garantir o bem-estar de seus povos; tornara-se evidente a necessidade de criação de mecanismos internacionais que favorecessem o desenvolvimento econômico e social dos povos desses três países (GONÇALVES, 2008, p. 09-10).

De fato, a discussão em torno da questão desenvolvimento/subdesenvolvimento e caminhos de desenvolvimento da África, América Latina e Ásia já é de longa data e teve alguns mecanismos de luta e mobilização constituídos. Porém, como demonstra o autor supracitado, uma autonomia apenas política dos países africanos, asiáticos e latino-americanos não trouxe (ao menos até agora) substancial progresso econômico, ganhos, facilidades e poderes sociais aos seus cidadãos:

A consolidação do eixo Norte-Sul como fator de estruturação do sistema internacional deu-se com a criação do Movimento dos Países Não-Alinhados (Conferência de Belgrado, setembro de 1961) e com a instalação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, UNCTAD (Genebra, junho de 1964). A luta pelo desenvolvimento atingiu seu auge no início da década de 1970, por ocasião da multiplicação do preço do petróleo – por decisão dos países árabes da Opep (Kuwait, outubro de 1973) – e da Declaração da Assembléia Geral da ONU (1º de maio de 1974), lançando a luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional – Noei (GONÇALVES, 2008, p. 09-10).

Como pontuam Lima e Hirst (2009, p. 11-12),

Tradicionalmente a cooperação Sul-Sul – cujas instâncias mais importantes do passado foram o Movimento Não-Alinhado e o Grupo dos 77 – apresentou algumas características distintivas. Em primeiro lugar, uma forte componente idealista, uma vez que suas principais bandeiras tinham por base introduzir mudanças na economia política internacional que gerassem maior equidade nos regimes internacionais, além de questionar a vigência de uma ordem econômica liberal por considerar injusto o tratamento de desiguais como iguais. Um segundo elemento distintivo era a heterogeneidade econômica e política do Sul, o que criava um problema de coordenação da ação coletiva, bem como a necessidade de se evitarem questões políticas que pudessem dividir aquele conjunto de países cujos denominadores comuns eram a localização geográfica no hemisfério Sul e a subordinação econômica a que estavam submetidos (LIMA e HIRST, 2009, p. 11-12).

Os argumentos das autoras expõem claramente os grandes empecilhos ao avanço econômico e político dos países sulistas: excesso de idealismo (da parte do Sul), lidar com desiguais como se fossem iguais (conduta ocidental), economia e política diversas nos países do Sul global (heterogeneidade). Esse ponto de heterogeneidade do Sul vai aparecer de certa forma mais adiante nos meus argumentos, onde levanto a questão de os países do Fórum de Diálogo IBAS não

disporem de elementos básicos de uma nação/fatores elementares de uma nação. O segundo ponto (tratar desiguais como iguais) indubitavelmente penaliza bastante os países sulistas, e é realizado propositalmente, visto que nesse direcionamento político do Norte há um “projeto colonial”. Dito de outra forma, as receitas do BM e do FMI, o Consenso de Washington etc. aplicados indistintamente aos países do Sul, é naturalmente um meio de fragilizar ainda mais as já débeis instituições do Sul global. Sem instituições fortes, o desenvolvimento econômico e político fica postergado.

Desde que ganharam a sua autonomia, entre 1945 e 1965, um número superior a cinquenta países da África, da Ásia e das Caraíbas começou um trabalhoso, porém peremptório movimento para se emanciparem da sua dependência no que se refere à agricultura de subsistência e à exportação de um reduzido número de *cash crops*⁸ ou de minérios, e tencionando estabelecer bases econômicas mais equitativas. Em certas nações mais antigas do Sul aconteceram igualmente profundas transformações socioeconômicas. Muitas delas englobando algumas nações mais populosas – como a China - mudaram drasticamente a base das suas economias. Progresso nas áreas de ciência, tecnologia e indústria igualmente foram registrados em muitos países em vias de desenvolvimento, particularmente na América Latina e na Ásia; um número cada vez maior de produtos industriais originários de alguns países do Sul concorreu atualmente nos mercados mundiais com os das potências industriais predominantes (COMISSÃO SUL, 1990, p. 35).

Como segue explanando a Comissão Sul (1990, p. 40),

A meados dos anos 50, porém, a distribuição do poder político e económico global, pesadamente concentrada num pequeno número de países desenvolvidos, começou a ser considerada por muitos países do Sul como sendo injusta e perigosa para a estabilidade mundial. Uma vez mais, a experiência das lutas de libertação dos povos da África e da Ásia geraram esperanças de que através de uma atuação colectiva apropriada tal sistema poderia ser ajustado aos interesses do Sul. A Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955, constituiu, simultaneamente, uma expressão da confiança crescente do Sul na sua força colectiva e uma afirmação da sua determinação de influenciar as relações globais numa direcção verdadeiramente internacionalista. A Conferência lançou as sementes do Movimento dos Não-Alinhados, cuja primeira reunião teve lugar em 1961 e que cresceu com a adesão da maioria dos países do Sul, incluindo muitos da América Latina. As preocupações maiores do Movimento centraram-se na luta contra o colonialismo e o imperialismo, na protecção da soberania e dos direitos dos estados pequenos e subdesenvolvidos, bem como no seu desenvolvimento em liberdade⁹.

Os países do Norte conseguiram minimamente constituir e consolidar uma ação coletiva, enquanto que os países do Sul não conseguiram ainda formar uma verdadeira ação coletiva, uma atuação conjunta coesa e sólida. As explicações para isso podem estar na elevada heterogeneidade dos países do Sul global e no simples fato de que é a própria estruturação econômico-política

⁸ Artigos agrícolas – cereais, cana de açúcar, cacau, café, chá, frutos tropicais etc. -, produzidos em monocultura de grande escala e destinados predominante ou exclusivamente à exportação [N. T.].

⁹ Comissão Sul, 1990, p. 40.

do Norte que provoca a desestruturação do Sul. Nada mais típico no sistema de produção capitalista, em que as duas extremidades nunca seguem no mesmo ritmo. O compasso de uma é diretamente proporcional ao descompasso de outra.

De acordo com Boaventura (2006, s/p):

A modernidade ocidental foi simultaneamente um processo europeu, dotado de mecanismos poderosos, como a liberdade, igualdade, secularização, inovação científica, direito internacional e progresso; e um processo extra-europeu, dotado de mecanismos não menos poderosos, como o colonialismo, racismo, genocídio, escravatura, destruição cultural, impunidade, não-ética da guerra. Um não existira sem o outro. Por terem sido concedidas aos descendentes dos colonos europeus e não aos povos originários ou aos para aqui trazidos pela escravatura (com exceção do Haiti), as independências latino-americanas legitimaram o novo poder por via dos mecanismos do processo europeu para poderem continuar a exercê-lo por via dos mecanismos do processo extra europeu. Assim se naturalizou um sistema de poder, até hoje em vigor, que, sem contradição aparente, afirma a liberdade e a igualdade e pratica a opressão e a desigualdade.

No momento em que as instituições multilaterais (designadamente a ONU) e as grandes corporações internacionais (empresas multinacionais), todas elas dirigidas e manipuladas pelo Norte (pela metrópole), deixarem de estar a serviço do velho e “verdadeiro” Ocidente (EUA, UE e Japão)¹⁰ e não interferirem nos assuntos internos do Sul (basicamente territórios coloniais), uma ação coletiva deste(s) será mais viável.

O objectivo da Conferência de Bretton Woods, de 1944, foi estabelecer um sistema financeiro e monetário internacional. As instituições aí criadas – o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – visavam, assim, promover taxas de câmbio estáveis, fomentar o crescimento do comércio mundial e facilitar os movimentos internacionais de capital. Mas os seus principais participantes – os países industrializados – eram movidos pelo desejo de remediarem o que consideravam as desastrosas insuficiências do seu sistema de relações económicas externas anterior à guerra. As mais importantes de tais insuficiências seriam as políticas de comércio suplicante e de câmbios com os vizinhos, que envolviam protecção e desvalorizações concorrenciais, e disposições inadequadas visando a liquidez financeira.¹¹

Constatou-se um quase inevitável alheamento no que diz respeito aos interesses dos países do Sul. A maioria deles encontrava-se na condição de colónias, e deste modo não podiam ter representação em Bretton Woods. A autonomia iminente e propínqua da Índia foi reconhecida; porém, como os outros países do Terceiro Mundo que eram autónomos desde há muito tempo, a Índia apenas muito superficialmente tomou partido nas discussões. Deste modo, o Terceiro Mundo foi grandemente esquecido e os seus interesses se constituíram num tema de muito pouca relevância. A sua situação submissa não foi eliminada pelas estruturas de deliberação e decisão

¹⁰ A respeito de “*o que é o Ocidente?*”, história dos valores e instituições da civilização ocidental, a transformação do “Ocidente” ao longo da história, uma interpretação contemporânea do “Ocidente”, para saber do que estamos falando quando nos referimos ao Ocidente, ver: Nemo (2005) e Droit (2009).

¹¹ COMISSÃO SUL, 1990, p. 37.

pontuadas para as duas novas instituições; os sistemas de voto propiciam aos maiores contribuintes (os principais países centrais) o controle evidente das mesmas.¹²

Hodiernamente estamos assistindo a uma contestação por parte dos países emergentes, como é o caso dos países membros do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), no que concerne à estrutura organizativa, econômica e política destas instituições de Bretton Woods. Com a crise financeira iniciada na segunda metade de 2008, o Brasil e seus congêneres deixaram patente a situação falimentar do FMI e do BM como agentes reguladores da finança global, e a necessidade de uma reforma imediata destes órgãos. Isto é, a situação e o futuro do FMI e do BM viraram um dos motes fundamentais dos encontros atuais dos líderes mundiais na medida em que para a esmagadora maioria dos países do Sul o propósito destas instituições não vai (se é que alguma vez foi) ao encontro dos seus anseios de mudança, nem no sentido das exigências dos novos tempos.

Afinal, tais instituições surgiram no cenário final da Segunda Grande Guerra, da condição colonial e/ou ex-colonial de grande parte dos países do Sul¹³, atravessaram todo o período da Guerra Fria até a queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética. Também assistiram ao surgimento do regionalismo e da formação de blocos econômicos, da integração regional, da aplicação da doutrina neoliberal e dos princípios do Estado-mínimo, e suas conseqüências quase sempre nefastas, sobretudo para os países do Sul, até o período atual do surgimento de novos “gigantes”, “tigres” e “emergentes”. De fato, as instituições financeiras internacionais enfatizam muito mais a questão econômica (entenda-se aqui o lucro/lucro máximo), e a seu favor, relegando para o segundo plano os assuntos concernentes à educação e cultura, saúde, segurança, questão social (leia-se aqui a distribuição de renda, a redução da desigualdade social, a seguridade social e civil, o transporte confortável, a aposentadoria saudável etc.), o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, o que interessariam e favoreciam grandemente os países do Sul global.

Wallerstein reconhece três setores distintos no âmbito da heterogênea economia-mundo moderna, que ele chama de centro, periferia, e semiperiferia. O centro abrange as economias mais prósperas e mais desenvolvidas do ponto de vista tecnológico – as economias que se beneficiam desproporcionalmente da maneira de funcionamento do sistema. As economias do centro são as agências dominantes no âmbito do sistema mundial, moldando padrões de investimento e fluxo comercial. No presente estágio de desenvolvimento, o centro da economia-mundo capitalista inclui os Estados Unidos e a Europa Ocidental, e, mais recentemente, o Japão. As economias periféricas são aquelas sujeitas a relações comerciais de exploração e outros desequilíbrios, por meio dos quais são produzidas as formas características de “subdesenvolvimento”. Assim como André Frank, Wallerstein descreve o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como processos interdependentes no âmbito de um complexo sistema econômico. As relações econômicas internacionais são caracterizadas pelas trocas desiguais. As economias periféricas incluem

¹² COMISSÃO SUL, 1990, p.38.

¹³ Vejamos o caso do continente africano. Até 1945, esta região do planeta apresentava apenas quatro países independentes (politicamente): a Etiópia (desde a antiguidade ou nunca foi colonizada), a Libéria (1847 – única ex-colônia norte-americana no continente africano), a África do Sul (1910) e o Egito (1922). Ademais, as colônias e ex-colônias abarcavam aproximadamente 85% da superfície do globo em vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

a maior parte da África, Ásia e América Latina. As economias de Estados semiperiféricos compartilham algumas características tanto do centro como da periferia. Podem ser antigas economias centrais agora em declínio e estagnação, ou economias outrora periféricas que atingiram certo grau de crescimento. As economias semi-periféricas incluem o Leste Europeu, a China e o Brasil. Uma economia-mundo é um sistema dinâmico, que abarca economias particulares sujeitas à ascensão e queda ou uma mudança de um setor para outro. Os padrões de aliança e alinhamento geopolítico, bem como as lutas dos movimentos sociais, refletem a sorte inconstante de economias particulares no interior do sistema mundial (SCOTT, 2009, p. 233-4).

Cabe aqui acentuar o argumento de Boaventura, quando ele aponta o *cosmopolitismo* como um dos quatro processos da intensificação de interações globais¹⁴, em que segundo o autor,

As formas predominantes de dominação não retiram dos Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais subordinados a oportunidade de se organizarem transnacionalmente na defesa de interesses percebidos como comuns, e de usarem em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial. As atividades cosmopolitas incluem, entre outras, diálogos e organizações Sul-Sul, organizações mundiais de trabalhadores (a Federação Mundial de Sindicatos e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres), filantropia transnacional Norte-Sul, redes internacionais de assistência jurídica alternativa, organizações transnacionais de direitos humanos, redes mundiais de movimentos feministas, organizações não-governamentais (ONGs) transnacionais de militância anti-capitalista, redes de movimentos e associações ecológicas e de desenvolvimento alternativo, movimentos literários, artísticos e científicos na periferia dos sistema mundial em busca de valores culturais alternativos, não imperialistas, empenhados em estudos sob perspectivas pós-coloniais ou subalternas etc. (BOAVENTURA, 2001, p. 13-14).

Apesar disso, nas duas primeiras décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, aquilo que se mostraria ser um ciclo de desenvolvimento da produção e do comércio globais sem precedentes teve apoio fundamental do sistema de Bretton Woods. No âmbito da Guerra Fria que teve lugar logo no término da Segunda Guerra Mundial, este crescimento derivou do elevado nível de intercâmbio estabelecido pelos países desenvolvidos do Ocidente. Para os países desenvolvidos, os anos 50 e 60 foram seus “Anos dourados”; com pleno emprego e inflação praticamente inexistente, estes países tiveram assim um dos mais fortalecidos e consolidados surtos de crescimento da história daquele momento.

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foi estabelecida em 1964. O seu objectivo declarado residia em promover o desenvolvimento e o comércio, favorecer a cooperação econômica entre os países em vias de desenvolvimento e ajudar a corrigir a desigualdade das relações econômicas Norte-Sul. A formação do Grupo dos 77 – actualmente o instrumento de negociação dos países em vias de desenvolvimento em muitas das questões econômicas – constitui o reconhecimento, por parte do Sul, do imperativo de uma solidariedade mais organizada.¹⁵

De modo a torná-lo viável a um rápido desenvolvimento no Sul, a criação da UNCTAD (sigla inglesa) refletiu a consciência da necessidade de reformas estruturais no sistema do comércio global. Entretanto, logo os países do Sul global se deram conta de que somente mudanças su-

¹⁴ Os outros três processos são os *localismos globalizados*, os *globalismos localizados* e o *patrimônio comum da humanidade*.

periciais nos acordos de comércio que praticamente não prejudicariam o enquadramento básico do sistema, eram tudo o que os países centrais poderiam admitir.

Igualmente no decorrer dos anos 50 e 60, um número significativo de países em vias de desenvolvimento começou acordos no sentido de cooperação regional e sub-regional no interior do Sul. Alguns deles apresentavam característica basicamente política, mas outros tinham finalidades econômicas diretas. A América Latina foi pioneira na instituição de associações sub-regionais e regionais vocacionadas a liberalizar e difundir o comércio entre os seus membros e tencionando promover o desempenho industrial para ter benefícios de economias de escala. Esta política logo foi implementada por movimentos similares na África, na Ásia Ocidental e no Sueste Asiático (COMISSÃO SUL, 1990, p. 41).

Breve retrospectiva histórica e teórico-conceitual das afinidades sul-sul

*Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações:
aprender que existe o Sul;
aprender a ir para o Sul;
aprender a partir do Sul e com o Sul
(SANTOS, 1995, p. 508)*

Na esteira de discussões e de tratamento de aportes teórico-conceituais, podemos assinalar ainda mais autores e estudiosos considerados imprescindíveis para o nosso estudo, que podem datar aproximadamente dos primórdios da cooperação Sul-Sul (Conferência de Bandung), até aqueles que tratam do assunto hodiernamente.¹⁶ Também convém ressaltar as informações e dados provenientes dos órgãos/ministérios dos Governos e seus responsáveis, institutos, fundações, organismos internacionais, bem como outros meios de informação e veiculação de conhecimentos. Entre eles d'Adesky (1980, 1985), Martinière (1980), Moura (1982), Ogwu (1985), d'Almada (1985), Duarte (1985), Calcagnotto (1985), Lechini (1985, 2006, 2007), Santos (1988), Guimarães (1996, 2005), Miyamoto (1995, 2000, 2002), Souto Maior (2003), Cruz (2004), Lima (1982, 2005, 2008), Hirst (2006, 2007), Dupas (2006), Villares (2006), Almeida (2006), Shelton (2006), Nieto (2006), Barros (2007), Saraiva (2007), Sousa (2007, 2008), Gratius (2007, 2008), Tharoor (2007), Aguirre (2007), Vaz (2008), Sahni (2008), Kornegay (2008), MRE, OMC, BM, FMI, ONU, CIA Factbook, FUNAG, FRIDE, Política Exterior, IEEI etc.

Com isso podemos mostrar as análises implementadas no sentido de captar e compreender a situação política mundial de então, e as primeiras orientações dessa política logo nos seus primórdios. Como ressalta d'Adesky,

¹⁵ COMISSÃO SUL, 1990, p. 40.

... O peso dos países em desenvolvimento nos fóruns internacionais e os sucessivos fracassos do diálogo Norte-Sul suscitaram no Terceiro Mundo a tomada de consciência de uma mudança estrutural, a partir da redistribuição dos papéis no contexto mundial e da crescente importância das relações Sul-Sul, como principal forma de diminuir a dependência em relação aos países desenvolvidos. Sob esse aspecto, pensamos que a cooperação entre países em desenvolvimento é mais do que um imperativo de ordem econômica: vem a ser para o Terceiro Mundo uma exigência vital no plano das relações internacionais (D'ADESKY, 1980, p. 5).

Martinière (1980, p. 43) assinala que uma das novas características da política internacional parece se projetar, há alguns anos, por meio do desenvolvimento das relações entre a América Latina e a África. Obviamente o fenômeno continua marginal ao nível, emergente, das relações Sul-Sul. O novo diálogo que se instituiu entre os vinte países da América Latina e as cinquenta nações africanas é, contudo, capaz de abrir novos horizontes.

Convém salientar também que uma série de pesquisas, de grau diverso e pontos de vista diferentes, foram implementadas no que diz respeito a essas mudanças. Certa escola de pensamento vê o projeto Sul-Sul como “um conceito romântico/fantástico” esboçado pelos “despossuídos” do sistema internacional para se contrapor à aptidão dos ricos industrializados do Norte, com o intuito de fazer uma inserção maior de suas economias. Mais construtiva e próxima aos anseios dos países em desenvolvimento do Sul talvez seja a abordagem que enfatiza a autoconfiança. “O argumento não levado em conta nessa concepção é que os PMDs (Países Menos Desenvolvidos) podem começar a atingir um genuíno desenvolvimento somente quando reduzirem ao mínimo suas relações de dependência com o Norte e seguirem o caminho coletivo de autoconfiança nacional e inter-regional” (OGWU, 1985, p. 9).

Portanto, o neocolonialismo e a subjugação foram considerados novos males que colocariam em perigo a libertação política e econômica de nações débeis. Esses males e as lutas contra eles, num primeiro instante no âmbito local e regional, conseqüentemente se alargaram para os países da África, Ásia, América Latina e alguns, particularmente débeis, da Europa do Leste, como o caso da antiga Iugoslávia (atuais Estados de Croácia; Bósnia e Herzegovina; Eslovênia; Macedônia; Montenegro; Sérvia; Kosovo – emancipação ainda não certificada pela Sérvia), juntos, num esforço coletivo de luta contra o inimigo comum e ascensão de seus próprios interesses.

A proximidade Brasil-África ilustra, mesmo no momento atual, o que futuramente poderia ser a cooperação Sul-Sul, se esta for vista como um processo almejando a geração de uma estrutura de diversos laços, dispondo ao serviço de países em vias de desenvolvimento o *knowhow* de outros países na mesma situação. E a verificação entre o Brasil e a África de condições climáticas similares, de problemas análogos, o uso de critérios semelhantes e de técnicas adaptáveis,

¹⁶ Para uma análise do conceito, história e marcos interpretativos da cooperação Sul-Sul, consultar Leite (2012).

possibilitam esta aproximação. Cremos, principalmente, que o nível de desenvolvimento atingido pelo Brasil em determinados campos econômicos e tecnológicos assegura a factibilidade de se levar a termo um intercâmbio recíproco e vasto, suscetível de ser vantajoso para ambas as partes (d'ADESKY, 1980, p. 11).

O Brasil quer variar seus acordos com a Europa e o Japão, afastando-se um pouco dos EUA, sobretudo após 1974, momento em que “*o pragmatismo responsável*” do Presidente Geisel começa a vigorar. Mais que a rivalidade Leste-Oeste (confronto ideológico e militar, naturalmente visando a garantia da segurança), o Brasil dá maior atenção à separação Norte-Sul (opressão socioeconômica dos países centrais em relação aos do Sul, periféricos e semiperiféricos, e o engajamento destes para a sua emancipação e o seu desenvolvimento).

Continuando nesta esteira de análise, podemos mostrar que embora alguns dos componentes da política externa brasileira atual possam ser percebidos entre 1967-1974, o pragmatismo assumiu contornos mais reais no Governo Geisel (1974-78), quando se enunciou mais claramente o seu conteúdo. Na verdade, análises apuradas dos governos anteriores (Costa e Silva e Médici) mostram a ruptura da política de interdependência do governo Castelo Branco, que significou na prática um alinhamento quase automático à política norte-americana. Certamente a política exterior do governo Costa e Silva teria se caracterizado por um “terceiro-mundismo” difuso, enquanto no governo Médici as atitudes inovadoras pareciam vincular-se a um projeto de Brasil – Potência (LIMA; MOURA, 1982, p. 349).

Para (LIMA e MOURA, 1982, p. 351), é apenas a partir da compreensão: a) das transformações na ordem mundial e b) da tentativa de fortalecer a nível interno uma ordem política e econômica de um tipo específico, que se pode explicar a natureza da política externa brasileira em curso, geralmente designada de pragmatismo (ao qual se aduzem por vezes os objetivos “responsável” e “ecumênico”).

Para que se consiga a verdadeira finalidade da cooperação Sul-Sul é necessário que o Norte se torne convicto de que esta forma de cooperação, baseada na nova estruturação da ordem econômica internacional, só pode proporcionar vantagens para todos, equilibrando a economia tanto do Norte quanto do Sul.

É nos domínios de cooperação ou de integração econômica regional ou sub-regional que a cooperação econômica Sul-Sul se tem manifestado com maior êxito.

Como argumenta Ogwu (1985),

Para criar pontes no Sul, uma atmosfera apropriada deveria ser desenvolvida como pré-requisito. Um melhor reconhecimento de cada um, através de contatos múltiplos, intercâmbio cultural, desenfaturação temporária sobre assuntos ligados à economia e comér-

cio, aumentaria os projetos para um relacionamento mutuamente construtivo (OGWU, 1985, p. 18).

Como uma força geopolítica de confiança, sua aceitação e eficiência dependerão do alargamento a que corresponderem suas interações para as concretas realidades dos meios socioeconômicos de cada país em específico. Em suma, dependerá do nível de transparência na formulação de estratégias e da natureza das relações entre os Estados-membros a viabilidade da parceria estratégica Sul-Sul.

As defasagens de níveis de progresso dos países podem ser ultrapassadas se a cooperação regional se traduzir na implementação de políticas conjuntas, defendendo interesses que vão ao encontro da necessidade de uma emancipação coletiva. A única via que favorece a desvinculação gradual das economias do Sul da dependência dos países industrializados é a autonomia econômica coletiva.

Como assinala d'Almeida (1985, p. 24), uma estratégia atraente é proposta repetidamente: 'solidariedade política entre os países da periferia; possibilidade de negociar com os países industrializados numa outra base; aumento de trocas comerciais, de todo tipo, entre países em vias de desenvolvimento; aplicação dos excedentes – petrolíferos, sobretudo -, nos países sulistas'.

Cabe frisar aqui que esta estratégia proposta pelo autor é viável neste ciclo de novo regionalismo (pós-Guerra Fria), na medida em que ao invés do que acontecia na fase do velho regionalismo, em que às pequenas potências cabia unicamente cooperar com as grandes potências (notadamente EUA, seus congêneres e URSS), neste momento as pequenas potências podem levar a efeito as suas próprias cooperações e formação de blocos. Na verdade, se a economia (baixa política) e a segurança (alta política) eram os motes fundamentais do velho regionalismo, isso não só favorecia sábia e unicamente as grandes potências, refletindo o paradigma realista que orientava ou ainda orienta de certa forma a política internacional das grandes potências, como gerava grandes empecilhos ao desenvolvimento das pequenas potências. Com a entrada na pauta de cooperação de novas prioridades para além de tão-somente a economia e a segurança, mas igualmente o social, a cultura/educação, o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente, os direitos humanos, multipolaridade política etc., essa etapa do novo regionalismo parece ser mais favorável ao desenvolvimento, sustentabilidade e prosperidade dos países do Sul.

Naturalmente que os países centrais priorizavam e priorizam a economia e a segurança nas suas relações com os países do Sul global, na medida em que isso lhes traz mais vantagens. Basta ver que a maioria dos americanos é pró-globalização, isto é, boa parte acredita que a mundialização é boa para a América. A ênfase à questão da segurança é igualmente rentável para eles, visto que instigam e até mesmo coagem os países do Sul a comprar os seus armamentos, o

que sustenta e auferir elevados lucros às suas indústrias bélicas¹⁷. Sendo assim, são os países da periferia global que sofrem com a assimetria do sistema internacional agravada pelo fenômeno da globalização.

Portanto, pode-se dizer que essa cooperação horizontal não deverá jamais ser um mero domínio de mercados ou justificativas para geração de espaços de influência da parte dos países industrializados em prejuízo daqueles menos desenvolvidos: antes, deverá possibilitar recíproca ampliação, para dentro da moderna noção de desenvolvimento, objetivando, todavia, os fins últimos que se encontram na origem do ordenamento de uma Nova Ordem Internacional.

O grande desafio para a África do Sul, Brasil e Índia é como levar a efeito a opção de voz, sem perder efetividade, e procurar *trade offs* melhores nas questões de seus interesses, sem levar ao enfraquecimento ou mesmo a destruição dos regimes de comércio e de segurança coletiva (LIMA, 2005, p. 44).

A regra básica ou o princípio elementar da diplomacia é aproveitar as boas oportunidades e afastar as nefastas. Como processo complexo que é a cooperação Sul-Sul, na medida em que nem sempre é fácil superar as barreiras impostas pelos países do Norte, então o Sul tem de aproveitar toda e qualquer oportunidade possível. Sem dúvida trata-se igualmente de um processo moroso que exige continuidade e vontade política de diferentes governos, isto é, uma política de Estado de modo que nenhum governo deixe de levá-la a efeito. Nesse caso acreditamos no papel do Brasil que manteve a sua política para a África contínua, apesar do arrefecimento constatado do final da década de 1980 até mais ou menos o ano 2000. Esperamos que o mesmo aconteça com essa cooperação.

Acreditamos que os países do Sul têm de realmente se aliar. Não podemos esquecer que vivemos um ciclo pós-nacional e neocolonial. Sozinhos dificilmente resolveremos os nossos problemas internos e regionais. Não bastam apenas emoções, tem de haver pensamentos e projetos e, sobretudo, a sua materialização e concretização. Como argumenta o exímio sociólogo polonês, *Zygmunt Bauman*, a despeito de a emoção ser útil para destruir, revela ser incapaz de construir algo. A emoção é “*líquida*”. Com a mesma intensidade que entra em ebulição, igualmente

¹⁷ A título de lembrança, alguns anos atrás EUA negociaram com Arábia Saudita a venda de um grande volume de armas (aproximadamente US\$90 bi), sob a alegação de que Irã esteja produzindo arsenais nucleares e que os países da península arábica precisam se armar, isto é, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã também receberam propostas dos ianques nessa direção. Justificando o combate ao narcotráfico e crime organizado, especialistas entendem que Estados Unidos dispõem atualmente (como sempre fizeram) de um projeto “disfarçado” de militarização da América Latina. Aqui podemos apontar o caso de Honduras após a queda de Manuel Zelaya (junho 2009), onde esse discurso tornou-se muito forte. Resultado disso é que a violência disparou naquele pequeno país da América Central, com uma média de 20 assassinatos por dia em 2012 (dados da UNAH – Universidade Nacional Autónoma de Honduras); segundo, a UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, por seu acrônimo em inglês), o país registrou no mesmo ciclo 86 assassinatos para cada 100 mil habitantes, muito acima da média mundial de 8,8 homicídios. Portanto, o caso hondurenho é aproximadamente 10 vezes a média mundial. A taxa é superior a 10 assassinatos por cada 100 mil habitantes, o que faz com que a OMS declare se tratar de um caso “epidêmico”. Não devemos esquecer também da situação extremamente crítica e adversa em que se encontra México, sem indicar outros mais.

corre o perigo de esfriar-se logo em seguida. A emoção é inconstante e imprópria para representar algo lógico e não efêmero.

Perspectivas históricas e “o estado da arte” dos países sulistas

Até hoje, a fundamentação ontológica tem considerado o Centro como ponto de chegada e de partida. O ‘Ser’ tem sido, na verdade, o Centro. O ‘Pensamento’ tem sido um Pensamento Central. No Centro se encontraram ambos. Fora do Centro, encontra-se o ente, o contingente e o subdesenvolvido; aquilo que só passou a ser reconhecido através do Centro.

Na sua globalidade, a metafísica impôs uma fundamentação filosófica que passa pelo Centro. A teoria do conhecimento, em todas as suas formas, impôs e continua a impor um Centro Esclarecido. A ética, por sua vez, impõe um Centro através do qual os valores se fazem valer.
(AGUSTÍN T. de la RIEGA apud ARDÍLES et al., 1973, p. 216)

Os países do Sul são muito distintos em termos de dimensão territorial, disponibilidade de recursos naturais, formas de suas economias, bem como o grau de desenvolvimento tecnológico, social e econômico. Igualmente são diferentes no que concerne às suas culturas, aos seus sistemas políticos e ideológicos. Ultimamente, a variedade tecnológica e econômica do Sul ficou mais evidente, levando a que o Sul de antes seja mais homogêneo do que o Sul de agora.

A despeito disso, nota-se uma unidade fundamental nesta diversidade. As diversidades dos povos do Sul são superadas pelo que apresentam em comum, o que lhes proporciona uma identidade conjunta e um motivo para batalharem em comunhão, prosseguindo assim as finalidades comuns. Oportunidades de cooperação que podem ser úteis para todos eles são também proporcionados pela sua variedade econômica.

A primeira relação que unifica os países e os povos do Sul é a sua vontade de se emanciparem da miséria e do subdesenvolvimento e de garantirem uma vida melhor para os seus cidadãos. Este desejo comum se traduz no alicerce da sua solidariedade, demonstrada em organizações como o Grupo dos 77 (do qual todos os países do Sul são membros, com exceção da China) e o Movimento dos Não-Alinhados, com um relevante e crescente número de membros oriundos de todos os continentes do Sul.¹⁸

Os processos de tomada de decisões que governam os fluxos internacionais de comércio, capital e tecnologia são controlados pelos principais países desenvolvidos do Norte e pelas instituições internacionais que eles mesmos dominam. Os países do Sul estão colocados desfavoravelmente no sistema econômico mundial; são individualmente impotentes para influenciar os referidos processos e instituições e, conseqüentemente, o contexto econômico global que vitalmente afecta o seu desenvolvimento. Por esta razão, fizeram um apelo colectivo defendendo a reforma do sistema económico internacional, por forma a torná-lo mais equitativo e respeitador das necessidades da vasta maioria da humanidade – as populações do Sul. A luta por um sistema internacional mais justo con-

¹⁸ COMISSÃO SUL, 1990, p. 13-14.

solidou a sua coesão e fortaleceu o seu empenhamento em prosseguir uma ação unificada (Op., cit., p. 14).

Indubitavelmente o Sul vem se fortalecendo cada vez mais, especialmente após a derradeira crise financeira. As instituições financeiras internacionais dominadas pelo Norte foram duramente criticadas, ao mesmo tempo em que instituições financeiras específicas do Sul e novas moedas reservas internacionais foram propostas.¹⁹ Apesar de uma integração regional plena entre os países e regiões do Sul global ser mais morosa e problemática que nos países capitalistas avançados, entretanto, ultimamente observa-se uma tendência regionalista mais forte entre eles. Casos a ser ressaltados são as potências médias e líderes regionais de diferentes regiões do Sul, por exemplo: Brics, Ibas etc., que vêm tendo um papel fundamental no reordenamento do sistema internacional.

Cabe dizer que estudos já apontam as posições que vão assumir muitos desses países num futuro bem próximo, em que o Brasil garanta seu espaço entre as dez maiores (ou até mesmo as cinco maiores) economias globais. O PIB chinês que ocupa atualmente a terceira posição, até 2030 vai ultrapassar a economia norte-americana e passa a ser a primeira economia global. O criador do termo Brics (Jim O'Neill) já demonstrou num de seus estudos que o PIB dos Brics²⁰ vai ultrapassar o PIB do G7 até 2032, apesar de que o seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e a sua FIB (Felicidade Interna Bruta)²¹ continuem sendo menores. Mesmo assim podemos dizer que é um grande ganho, mostra que o jogo político internacional vem sofrendo relativas mudanças no sentido positivo.

Uma Nova Ordem Econômica Internacional aceite por todos como uma finalidade, bem como a diminuição da disparidade Norte-Sul se constituem na esperança havida no decorrer dos anos 1970. Contudo, tal disparidade cresceu na maioria dos países do Sul. Em termos de condições básicas da vida humana, mais díspar está se tornando o mundo.

Desenvolvimentos socioeconômicos relevantes foram registrados em diversos países em vias de desenvolvimento logo nos trinta anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. Realmente, durante as décadas de 1960/70, melhores índices de desempenho da economia foram globalmente

¹⁹ O governo brasileiro voltou a insistir no G-20 ministerial de Paris, pela introdução do real na cesta de moedas do FMI. O fito do ministro da Fazenda (Guido Mantega) é de que a divisa, tal como o yuan chinês, venha a se juntar às moedas que servem de marco para Direitos Especiais de Saque (SDRs), junto com o dólar, o euro, a libra esterlina e o iene. A revisão dos SDRs traduz-se num dos aspectos da reforma do sistema monetário internacional tratada no G-20. A ideia é que novas moedas se juntem às quatro que constituem a presente cesta, de modo a reduzir a influência do dólar como moeda reserva internacional. O argumento do Brasil é que nos mercados como o de derivativos, o real já é mais negociado que o iene e a libra, o que mostra o prestígio da divisa. “Uma saída é valorizar os SDRs, ao qual teríamos de dar um novo dinamismo, com maior conversibilidade, maior volume e um banco emissor”, diz Mantega. “O FMI teria de se transformar em um banco global emissor de SDRs, que estariam presentes nas transações internacionais” (O Estado de S. Paulo, 19 fev. 2011).

²⁰ A África do Sul passa a ser o quinto membro do grupo. O grupo político instituído em 2005 por Brasil, Rússia, Índia e China, a partir do acrônimo inventado pelo banco Goldman Sachs quatro anos antes, adquiriu um novo membro permanente: a África do Sul. O pacto para inclusão da maior economia da África foi formalizado ontem, em Paris. “A África do Sul passou a se incorporar aos Brics. Agora somos cinco”, declarou o ministro brasileiro da Fazenda, Guido Mantega. “A África do Sul é um país importante da África. Portanto, o grupo está sendo reforçado e terá mais representatividade” (O Estado de S. Paulo, 19 fev. 2011).

constatados nos países em vias de desenvolvimento do que nos países desenvolvidos (e igualmente melhores do que os países desenvolvidos nos seus primeiros ciclos de desenvolvimento).

Mas é na década de 70 do século XX que realmente podemos constatar o estabelecimento da Cooperação Sul-Sul (CSS), seus propósitos, suas perspectivas, seus desafios etc. Como destaca Lechini (2006, p. 313),

Na década de setenta os países do Sul adotaram a ideia da cooperação Sul-Sul para reforçar sua capacidade de negociação com o Norte, através de esforços cooperativos com o propósito de resolver questões relacionadas com o comércio, o desenvolvimento e a nova ordem económica internacional. O êxito conseguido nas negociações realizadas durante o choque petrolífero de 1973 serviu como modelo de negociação produtiva. Não obstante, o projeto geral da cooperação fracassou por causa de sua natureza geral e sua ampla esfera de ação: a falácia do argumento era sua premissa básica de que todos os países subdesenvolvidos tinham mais coisas em comum das que possuíam de fato e que todas as soluções podiam ser aplicadas uniformemente com o mesmo êxito. A meio dos anos 70 ocorreu uma viragem no sentido de uma continuada perturbação da economia mundial. A consequência de tal perturbação acabou por ser a recessão mundial de 1980-83. A partir daí, os países industrializados beneficiaram de um período de recuperação e de crescimento ininterrupto, embora a um ritmo mais lento do que em anteriores fases de recuperação no pós-guerra, mas em muitas zonas do mundo em vias de desenvolvimento subsiste uma crise económica aguda.²²

No que se refere à década de 1980 e a sua relação e/ou efeito sobre a Cooperação Sul-Sul, pode-se constatar que ela não foi nada vantajosa para tal Cooperação, visto que foi uma década de muito pouco desempenho em termos tanto económico, político e social para os países do Sul devido a muitas turbulências já registradas na década anterior, sobretudo na área económica como vimos.²³

Ora, nos anos de 1980 as condições mundiais eram difíceis, e quarenta países negociaram os programas de ajuste apenas na África! O resultado foi a chamada *década perdida*, na qual a economia africana regrediu aos padrões de trinta anos antes. Em 1990 a dívida externa dos países africanos atingia 272 bilhões de dólares (90% do PIB), que era o dobro da de 1980. Mesmo os países exportadores de petróleo sofreram dramaticamente devido à redução dos preços. Mesmo projetos de desenvolvimento industrial bem-sucedidos, como o da Argélia, entraram em colapso (VISENTINI, 2013, p. 143).

Na década de 80, um conjunto muito vasto de países em vias de desenvolvimento se viu prejudicado por duros contratempos e intempéries no seu progresso económico e nos seus padrões de vida; os países que tinham uma grande sobrecarga de dívida externa foram muito mais sacrificados. Recessão, instabilidade, dúvidas constantes e crises financeiras contínuas minaram o mundo em vias de desenvolvimento (embora com algumas importantes ressalvas, designadamente no continente asiático) durante os anos 80.²⁴

²¹ A Felicidade Interna Bruta entende-se aqui o acesso à cultura, ao lazer, ao transporte confortável, à segurança protetora, à aposentadoria saudável etc., enfim, a uma vida digna a ser vivida por todos os cidadãos.

²² COMISSÃO SUL, 1990, p. 14-15.

²³ Por estes e outros motivos, muitos entendem que a década de 1980 foi uma década perdida.

²⁴ COMISSÃO SUL, 1990, p. 15.

Nos anos 1980, e especialmente após o fim da Guerra Fria, o sistema internacional baseado na lógica da bipolaridade desintegrou-se dando lugar a uma nova ordem mundial. Essa mudança trouxe em seu início uma série de incertezas quanto ao modo como esse sistema reencontraria seu equilíbrio e quais seriam as novas regras que regulamentariam as relações entre os Estados. Alguns aspectos ficaram claros desde o início: com o fim da bipolaridade, as organizações internacionais ganharam maior importância, assim como as iniciativas de cooperação entre os países (entre elas os processos de integração regional); os Estados Unidos tornaram-se o principal ator do sistema internacional – embora no final dos anos 1980 ainda não fosse possível avaliar a extensão do seu papel hegemônico – e as relações entre os Estados seriam influenciadas pelo fenômeno da globalização (MARIANO, 2007, p. 123).

O Sul não é independente economicamente visto que continua fortemente vinculado às economias dos países do Norte. Tal dependência econômica deriva da herança do passado colonial preservado pelo fato de a economia do Norte ser mais forte e, igualmente, pela própria política desenvolvimentista traçada pelo Sul em muitos casos.

Entre as importantes mudanças políticas que começaram a materializar-se no fim dos anos 80 encontram-se os progressos registrados na superação da clivagem política e militar entre o Leste e o Ocidente. As superpotências e as suas alianças militares manifestaram o seu empenho numa visão de mundo em que as suas nações possam viver em Paz. Abriam um diálogo com vista a uma conciliação política; isto arrefeceu as paixões conflituosas e levou os seus governos a movimentar-se com vista ao desarmamento.²⁵

Hodiernamente diríamos que a redução dos conflitos armados e das despesas militares no Sul, bem como o seu desenvolvimento socioeconômico podem ser registrados, uma vez fortalecida a Cooperação Sul-Sul (se fortalecida, se o Sul global relegar a guerra – que quase sempre não é dele - ao segundo plano e fazer negócios/comércio como o Norte capitalista liberal), e uma mais efetiva política de integração regional - atenuadas as dependências em relação aos países centrais, o que conseqüentemente acelera o processo de multilateralização do mundo.

Para Aguirre e Stetter (2008, p. 1),

As potências emergentes e a cooperação Sul-Sul estão começando a mudar os cimentos do sistema internacional e a desafiar a estrutura de poder tradicional nas organizações multilaterais. O recenté estabelecido fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA) é parte dessa tendência para o estabelecimento de uma nova ordem mundial. Desde a sua criação em 2003 como um fórum de diálogo informal, IBSA tem aumentado consideravelmente de categoria política – de uma iniciativa ministerial a uma presidencial – e tem começado a celebrar cimeiras anuais. Ademais, durante seus cinco anos de existência tem produzido uma série de resultados concretos – os três países têm firmado seis acordos trilaterais, criaram um fundo de desenvolvimento IBSA que arrecada cerca de 3 milhões de dólares ao ano e formaram 14 grupos de trabalhos diferentes que têm o objetivo de aumentar a cooperação em muitos setores.

²⁵ COMISSÃO SUL, 1990, p. 16.

Como assinala Saraiva (2007, p. 42), países como o Brasil assumem um comportamento internacional de múltiplas faces que procuram, simultaneamente, favorecer-se das possibilidades do sistema internacional, remodelá-lo na função de liderança visando beneficiar os países do Sul e atuar no âmbito regional com uma perspectiva de hegemonia.

Aliás, como pontua Miyamoto (2000, pp. 4-5),

...Uma das características da política externa brasileira, em todos os momentos, inclusive no regime militar, foi a presença constante em foros congregando países sob as mais diferentes óticas, das culturais às políticas, das econômicas às militares. Em 1964, por exemplo, o Brasil participou ativamente da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Da mesma forma marcou forte presença na Força Interamericana de Paz que interferiu na República Dominicana em 1965; liderou a criação do Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em julho de 1978 por mais sete países da região; propôs a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul em 1986 envolvendo latino-americanos e africanos; sediou a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-Eco Rio) em 1992 e a I Conferência Ibero-americana em 1999, além do Mercosul em 1991.

Por isso é que, numa das suas formas de cooperação Sul-Sul, a iniciativa brasileira procura a adoção de uma atitude de líder no arranjo da ação coletiva, juntamente com outros países também *system-affecting*.

Portanto, as propostas e as possibilidades da cooperação Sul-Sul entre os países periféricos visam à procura, por exemplo, de mercados para as suas economias e espaços de atuação política, bem como meios de poderem ser ouvidos e respeitados nos foros e organismos de decisões mundiais. O caso emblemático do momento seria a questão das barreiras comerciais e dos subsídios agrícolas concedidos pelos países mais industrializados aos seus produtores agrícolas (diga-se de passagem, a resolução dos impasses da Rodada de Doha), o que dificulta a exportação dos países do Sul, fundamentalmente detentores de produtos primários.²⁶

Numa das suas últimas visitas ao continente africano o presidente Lula esteve juntamente com os líderes sul-africano (Mbeki) e indiano (Singh), numa cúpula na cidade sul-africana de Pretória para procurar meios de atenuar a dependência comercial da África, América Latina e Ásia em relação às economias ricas do Hemisfério Norte. Segundo disse Lula na abertura da cúpula, “*essa negociação internacional de Doha não pode ser pura e simplesmente a agenda de um pequeno número de países desenvolvidos*”.²⁷ De volta ao Brasil, o presidente disse crer que os países estão quase chegando a um acordo a respeito das negociações da Rodada de Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC): “*Não podemos, enquanto países em desenvolvimen-*

²⁶ Para isso podemos lembrar que de 10 a 14 de setembro de 2003, o Ministro Amorim chefiou a delegação do Brasil à V Conferência Ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio), em Cancún, México. Na Conferência o Brasil lidera a formação do G-20, grupo de países em desenvolvimento que defende o fim dos subsídios agrícolas e das barreiras ao comércio agrícola (MRE, 2007).

²⁷ Cfr. Documento eletrônico: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/10/17/298182975.asp>. Acesso em 22/10/2007.

*to, abrir mão do nosso crescimento interno, do crescimento na nossa indústria e não ganhar nada com a agricultura”.*²⁸

Com a eleição do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo (maio de 2013 e investidura no cargo prevista para 1º de setembro) ao posto máximo (diretor-geral) da OMC²⁹, especialistas consideram que isso demonstra o reconhecimento do esforço e coalizão dos países do Sul global. Mais espaços conquistados e papel crescente dos países emergentes na gestão da ordem internacional, possibilidades mais reais de destravar a Rodada Doha³⁰ e, conseqüentemente, a chegada a um consenso e resolução das questões em torno dos subsídios agrícolas e barreiras comerciais, sem contar a devolução de pertinência à entidade, na era de crise e redução do comércio global, o que pode abrir novas oportunidades para o desenvolvimento dos países do Sul. Para a Presidente brasileira, o desejo é dirigir a organização rumo a um mundo mais justo. De acordo com Kevin Gallagher, da Universidade de Boston, especialista em globalização e desenvolvimento, “*ao mesmo tempo simbólico e por razões táticas, é uma grande opção*”. Numa entrevista à Agence France-Presse, Azevêdo sublinhou que

O sistema comercial multilateral” foi “enfraquecido por uma completa paralisia de negociações”. “Trata-se de tornar o sistema compatível com o mundo de hoje, a única maneira disto acontecer é encorajar o comércio e a liberalização de trocas considerados como componentes essenciais das políticas de desenvolvimento.”³¹

Azevêdo assinala que a visão adotada para a direção-geral da OMC, que viabiliza a comunicação e a harmonia em volta da revivificação do sistema multilateral de comércio, foi sabidamente captada pelos membros na fase de campanha. A estratégia foi centrada nos africanos, atualmente maioria na OMC – 42 de seus 159 membros, caribenhos e países emergentes, destacadamente os outros membros BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul). Ele segue destacando que a base de apoios à sua candidatura foi bastante abrangente e horizontal, contando com todos os tipos de países. Em Brasília, a proeza é entendida como novo ciclo na afirmação internacional do Brasil, que em 2011 colocou José Graziano na direção da FAO – órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. A obtenção de uma vaga permanente no Conselho de Segurança

²⁸ Cfr. Documento eletrônico: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/10/22/315351017.asp>. Acessado em 22/10/2007.

²⁹ Sucessora do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade – sigla inglesa), 1947-1994, a OMC nasceu em 1995 pelo acordo de Marrakech (Marrocos), após oito anos de árduo trabalho naquilo que ficou conhecido como Rodada Uruguai (1986-1994). “Rodada” é o nome que se dá aos encontros da organização que podem demandar anos de negociações na medida em que o diálogo baseia-se na regra do consenso. Basta lembrar que de 2001 até hoje a Rodada Doha não foi finalizada, e as questões concernentes à agricultura e serviços continuam e acirrar os debates no seio dessa entidade. A OMC é a única organização internacional responsável pela regulamentação do comércio e resolução de contendas comerciais entre os países. Em 2013 ela dispunha de 159 países-membros, mas outros países são candidatos. O seu sexto diretor vai ser o brasileiro Roberto Azevêdo, substituindo o francês Pascal Lamy (2005-2013). O italiano Renato Ruggiero (1995-1999), o neozelandês Mike Moore (1999-2002) e o tailandês Supachai Panitchpakdi (2002-2005) foram os antigos diretores.

³⁰ De 1995 até o presente, tudo o que a OMC conseguiu fazer foi lançar a Rodada Doha em 2001, o que acabaria com as barreiras protecionistas herdadas da Rodada Uruguai (Folha de S. Paulo, 08/05/2013).

³¹ Cfr: <http://www.tv5.org/cms/chaine-francophone/info/Les-dossiers-de-la-redaction/Economie-Monde-2013/p-25240-OMC-un-directeur-bresilien-pour-un-monde-plus-juste-htm>. Acesso em 09/05/2013.

da ONU continua sendo a mais importante finalidade não atingida pela política externa brasileira.³²

Wallerstein sugere uma explicação para a desigualdade internacional (econômica, social e política) com base na teoria de Marx, formulando o conceito de troca desigual. Nesse sentido, o comércio em condições desiguais é o mecanismo de transferência de renda dos países pobres para os ricos, bem como a forma de preservar a divisão internacional do trabalho que reproduz a desigualdade (NOGUEIRA, 2005, p. 127).

Tendo em vista este argumento de Wallerstein, a cooperação Sul-Sul entre os países do Sul global seria a melhor via para contornar a permuta desigual entre os países do Sul e do Norte, a alienação de recursos da periferia em direção ao centro, estabelecer outra divisão internacional do trabalho, e assim obter outra gestão da ordem global, com mais igualdade internacional no plano político, econômico, comercial, industrial, financeiro, social, cultural/educacional etc. Fortalecer os blocos comerciais regionais nas suas respectivas áreas geográficas, fomentar as relações multilaterais em detrimento de tradicionais relações bilaterais com os países industrializados (quase sempre herdadas da terrível estrutura do passado) constituem políticas mais consideráveis e fundamentais para os países semiperiféricos e periféricos.

Para Lima (2005, p. 43),

Em certa medida, o G-20 que se forma na reunião de Cancun, no México, em 2003, representa um renascimento da coalizão terceiro-mundista agora, porém, em torno dos interesses agrícolas dos países em desenvolvimento e na explicitação da hipocrisia da posição negociadora dos países desenvolvidos. Para o Brasil, a criação do G-20, retomando a coordenação com a Índia, é uma oportunidade de mais uma vez desempenhar o papel de “intermediário indispensável” entre os “fracos” e os “fortes”.

Mas não é somente a questão dos subsídios agrícolas que envolve o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA). Como ressalta Lima (2005, p. 40), a iniciativa IBSA tem na questão da reforma do Conselho um de seus pontos programáticos.

Em 17 de outubro de 2007 IBSA celebrou sua segunda cimeira em Pretória, África do Sul. Para além da presença de chefes de Estados e membros de seus respectivos governos, as diversas reuniões de empresários, parlamentares e acadêmicos demonstraram o crescente interesse da sociedade civil no projeto IBSA. Os resultados concretos incluíram a criação de um fórum de mulheres, para aumentar a igualdade de gênero no bloco IBSA; a petição de uma reforma das Nações Unidas (ONU), incluído o Conselho de Segurança; a eliminação das distorções do mercado; e o compromisso para um acordo tri-lateral de livre comércio (AGUIRRE; STETTER, 2008, p. 1).

Como argumenta Tharoor,

³² Folha de São Paulo, 08/05/2013.

A participação de Índia no fórum de diálogo IBSA demonstrasuaestratégiamaissimpla de fortalecimento de relaçõesbilaterais (outrilaterais) com Estados proeminentes e organizaçõesregionais. Esta política de unir-se a várias redes de cooperação – que àsvezes se superpõem até se contradizem entre si (como no caso da crescentealiança de Índiacom EUA, e aomesmo tempo a sua recusa de um mundo “unipolar” alinhadocomRússia e China) – se baseianumaconcepçãomaisimpla da natureza da política internacional. Num mundo “multipolar”, Índiadeveestendersua rede o maisamplamentepossível para salvarguardar e projetarseus interesese internacionais. Aomesmo tempo, Índia permanece leal ao sistema internacional, do qual, em termos pessoais (tanto burocráticos como de manutenção da paz), é jáuma grande parte. Sob a proteçãoe estável de organizações seguras como a ONU ou a Organização Mundial do Comércio (OMC), é onde a política exterior da diplomacia intensiva da Índiatemsuasmaiorespossibilidades de êxito. Não obstante, Índia pode desiludir-se com as instituiçõesinternacionais se estas fracassamemsua tentativa de converter-se em equitativas e mais representativas. Questões tais como os subsídiosianques e europeus e a reforma da ONU serão chaves para decidir a atitude de Índia na atualarquiteturainternacional (THAROOR, 2007, p. 9).

Com isso podemos entender a procura de saídas e novas alternativas para as economias e instabilidades político-sociais dos países do Sul, como o intuito da criação de um Mundo multipolar. De se dizer que o caminho para um futuro promissor da solidariedade Sul-Sul se encontra na procura de eliminação dos obstáculos político-econômicos rumo a um potencial relacionamento horizontal.

Contudo, não devemos esquecer alguns limites dessa cooperação, como saber até que ponto essa cooperação de fato multipolariza o mundo, reordenando o sistema internacional vigente e proporcionando espaços de atuação aos países do Sul.³³ A estrutura (economia) muda mais rápido que a superestrutura (política), o que a rigor já evidencia que as mudanças na esfera do sistema político internacional constituem algo mais duradouro. Conferindo o que acabamos de dizer, pode-se frisar Benjamin (1994, p. 165), em que o autor argumenta que *“tendo em vista que a superestrutura se modifica mais lentamente que a base econômica, as mudanças ocorridas nas condições de produção precisariam mais de meio século para refletir-se em todos os setores da cultura”*.

Contudo, como assinala Grudz (2004, p. 2) *apud* Lechini (2006, p. 336),

Atualmente espera-se que as discussões entre os membros do IBSA continuem por duas vias principais: cooperação mútua em saúde, defesa e comércio, por um lado, e colaboração para reforçar a influência do Sul em torno de seus interesses econômicos e de segurança na OMC e ONU, por outro.

Os três governos apontam a um objetivo muitogeral, como a promoção do diálogo, a cooperação Sul-Sul e a busca de posiçõescomunsemassuntos de importância internacional. Deste modo, planejam promover o comércio e oportunidades de investimentos entre as três regiões das quais são membros; o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza; o intercâmbio trilateral de informação sobre as melhores práticas internacionais, tecnológicas e habilidades, assim como complementar as áreas nas quais cada um tem fortalezas competitivas para transformá-las em sinergias coletivas. Finalmente, estão de acordo em promover a cooperação numa ampla gama de questões, tais como agricultura, mudança climática, cultura, defesa, educação, energia, saúde, sociedade de informação,

³³ A respeito dos riscos e possibilidades dessa cooperação, ver Lima (2005).

ciência e tecnologia, desenvolvimento social, comércio e investimentos, turismo e transporte.³⁴

Como bem pontua Gratius (2008a, p. 01),

A iniciativa de cooperação Sul-Sul IBSA reflete que as coordenadas do sistema internacional estão mudando em favor das potências emergentes, neste caso, democráticas. Embora os avanços reais do eixo IBSA sejam modestos, o fato de que reúnem cada ano os líderes destes países, demonstra o valor político da aliança. IBSA igualmente assinala que está surgindo um novo tipo de cooperação à margem das tradicionais potências e fóruns. Esta tendência podia conduzir, no pior dos casos, a um novo enfrentamento Norte-Sul ou, no melhor dos cenários, a um novo multilateralismo mais equitativo que o que rege o sistema internacional criado há mais de 50 anos atrás.

A crise financeira internacional, a subida dos preços dos alimentos e a cooperação trilateral foram temas destacados da Cimeira de Nova Délhi entre os protagonistas regionais Brasil, Índia e África do Sul. Entre outros, os três mandatários concordaram em criar um mecanismo de coordenação entre os Ministros de Finanças e Presidentes de Banco Central. Os já existentes 16 grupos de trabalho e reuniões paralelas da sociedade civil demonstram que IBSA não é uma fantasia, mas sim uma iniciativa em vias de consolidação. Não obstante tratar-se de países muito diferentes, os une o interesse por mudar as estruturas do sistema internacional. As declarações que emanaram do Fórum IBSA desde sua criação em 2003 indicam que Brasil, Índia e África do Sul não apenas pedem voz, mas também voto nas principais organizações internacionais, incluindo o Conselho de Segurança, o G-8 e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Id., Ibid.).

Com estas iniciativas levadas a efeito pelo grupo IBSA, bem como a atual conjuntura político-econômica mundial (a crise financeira mundial – 2008 - que se alastrou à esfera planetária a partir dos EUA), podemos assegurar que estas potências médias estão perante um momento favorável às propostas, medidas e políticas que possam reordenar a ordem mundial, um novo jogo do poder, em que as necessidades e preocupações tanto do Norte como do Sul devem ser colocadas na pauta da discussão. Indubitavelmente que com a atual crise financeira ficou patente que a lógica do Estado-mínimo é falha e que a doutrina do liberalismo econômico apresenta sinais evidentes de falência sob os seus mais diversos aspectos³⁵, uma vez que o mesmo tornou-se inoperante até mesmo para os países centrais, caracterizados historicamente por uma razoável estabilidade política, algo de elevada importância para um louvável desenvolvimento econômico e vice-versa. Sendo assim, os países do Sul frequentemente conhecidos por altas descontinuidades e instabilidades políticas ao longo de suas histórias, a doutrina econômica até agora reinante - já largamente criticada -, não traria nem teria respostas para as suas aspirações.

Como argumenta Vaz (2008, p. 6),

³⁴Lechini, Gladys. IBSA: una opción de cooperación Sur-Sur. En publicación: *Del Sur hacia el Norte: Economía política del orden económico internacional emergente*. Giron, Alicia; Correa, Eugenia. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, octubre 2007.

³⁵ Para o neoliberalismo a intervenção do Estado na economia deve ser limitada e restrita, delegando tal tarefa ao mercado. Sendo assim, não seria uma derrota para os defensores desta doutrina esta crise em que os operadores e, inclusive, líderes do mercado financeiro convocam o Estado no sentido de aplicar medidas que salvem a economia? Cabe aqui ressaltar Fukuyama (*teórico do fim da história e do último homem*), que na sua recente entrevista à Revista Veja (15.04.2009), deixou explícito que precisamos urgentemente de maior controle sobre o sistema financeiro, o que se encontra totalmente desregulamentado. O autor igualmente pontua que o Estado mínimo não funcionou. Doravante assistiremos a uma presença bem maior do Estado na economia. Isto é, será uma economia mais de Estado e menos de mercado.

De fato, o IBSA não é simplesmente uma iniciativa trilateral. O que também oferece um espaço no qual os três países podem expressar suas preocupações e coordenar seus esforços em relação com assuntos globais e outorgar uma dimensão política que vá além do trilateralismo e gera a possibilidade de que o organismo se converta em um centro real de tomada de decisões; em outras palavras, um ator que desempenha um importante papel na cena internacional.

Por conseguinte, caberia distinguir entre duas dimensões de IBSA: por um lado, sua agenda de cooperação mútua, que responde aos problemas, interesses e necessidades domésticas; e por outro, sua influência na cena internacional e suas ações em relação às questões mais diretamente relacionadas com os interesses e as preocupações comuns dos três países. Em teoria (de acordo com as declarações de seus líderes políticos), o IBSA tem tanto a vontade como o potencial para converter-se num ponto de referência internacional (Id., Ibid.).

Se levarmos em devida atenção toda iniciativa implementada e encontros realizados pelo IBAS, bem como a capacidade material dos seus membros, seria razoável admitir a conversão do mesmo numa referência internacional. A cooperação se traduz num processo de continuidade política, o que vai requerer dos diferentes e sucessores governos dos respectivos países a elevação dessa iniciativa trilateral ao seu mais alto nível, de modo que a mesma possa surtir os efeitos esperados. A cooperação com outros fóruns de diálogos e/ou blocos econômico-políticos (por exemplo, MERCOSUL, UA, SACU, ASEAN, UE etc.) pode ser vista, numa certa perspectiva, como uma via rumo ao fortalecimento e consolidação do IBAS.

Em 01 de junho de 2009 entrou em vigor o Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (APTF) Mercosul-Índia. Este foi primeiro passo para a criação de uma futura área de livre-comércio entre o Mercosul e a Índia. Este acordo de comércio preferencial abrange 450 itens de cada parte signatária. O texto-base contém regras sobre comércio de bens, *antidumping* e medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias (...) (PEREIRA, 2010: 163).

Praticamente à mesma época em que foram assinados os termos do acordo entre o Mercosul e a Índia, o bloco latino-americano negociou um acordo de reduções tarifárias com a África do Sul, que, junto com Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, formam a SACU. Assinado em dezembro de 2000, o acordo-marco entre a África do Sul e o Mercosul evoluiu para, posteriormente, envolver a SACU, em outubro de 2003. Este acordo-quadro foi celebrado com objetivo de fortalecer as relações existentes, promover o incremento do intercâmbio comercial e estabelecer as condições para a pretendida área de livre-comércio (Idem, Ibidem).

As argumentações de Pereira evidenciam mais ainda o que havíamos assinalado sobre a cooperação entre os diversos blocos do Sul global. Tais acordos comerciais, a despeito de eventuais complexidades, devem ser explorados pelos seus países atores, visto que são países munidos de imensas e diferentes capacidades materiais, políticas e dialógicas.

Como argumentam Keohane; Nye (1989) *apud* Mariano (2007, p. 125),

Os Estados, em vez de desaparecer, adquirem uma nova lógica de operação, onde seu poder é limitado frente à expansão das forças transnacionais que reduzem a capacidade dos governos de controlarem os contatos entre as sociedades, e que impulsionam essas relações transfronteiriças. Nessa perspectiva, os problemas políticos nem sempre podem ser resolvidos adequadamente e nem satisfatoriamente, sem a cooperação com outras nações e agentes não estatais.

...O avanço da integração regional implica um maior relacionamento dos grupos organizados de países envolvidos, que buscam se articular no plano transnacional como forma de fortalecer sua capacidade de pressão e influência sobre os respectivos governos. Essas articulações, contudo, podem gerar novos objetivos ou até mesmo novas identidades. De qualquer forma, influenciam os interesses dos grupos domésticos e alteram a formulação de preferências políticas. Portanto, tornam-se elementos importantes no processo decisório dos países (Idem, p. 164).

Considerações Finais

A revolução será a panaceia dos males de qualquer sociedade e atuará como símbolo poderoso e como estímulo na vitória sobre a opressão e sobre a escassez de recursos.
NORBERTO BOBBIO

Nesta parte do trabalho visamos fundamentalmente fazer um histórico da Cooperação Sul-Sul, ou seja, o que foi essa Cooperação e o que ela está sendo atualmente. Esse histórico abrange todas as regiões usualmente classificadas e/ou enquadradas no Sul global, mas não exaustivamente todas as confederações de nações sulistas já constituídas. Como chegamos a constatar, esta Cooperação iniciou-se num período específico e peculiar da história das relações internacionais (período da Guerra Fria, dos confrontos Leste/Oeste - socialismo contra liberalismo -, militar e estratégico), enfim, num período em que o mundo era bipolarizado pelas duas potências: uma bi-continental (Rússia) e outra biocênica (EUA).

Foi então a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1945) que realmente surgiram os primeiros esforços da Cooperação Sul-Sul. Aliás, a política de formação de blocos econômico-políticos de integração regional igualmente teve se não a sua origem, pelo menos o seu processo de formação propriamente dito depois da Segunda Guerra Mundial. No caso da Cooperação Sul-Sul (CSS), como vimos, foi a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) (1948) e a Conferência de Bandung (1955), que de fato começaram a impulsionar esta Cooperação. Outras tentativas existiram antes, mas eram muito frágeis, localizadas e esparsas. Há de frisar que a expressão Cooperação Sul-Sul foi cunhada apenas na década de 1970.

Sendo assim, após esta Conferência, e no ciclo que estende até o final da Guerra Fria, houve na verdade certo impulso na política de integração regional, no sentido não só de fomentar a cooperação econômica e aliança militar, como também procurar a melhoria das condições sociais, culturais, ambientais, de circulação, de seguridade e o bem-estar das sociedades de uma maneira geral.

Como qualquer outra Cooperação e/ou questão das relações internacionais, a Cooperação Sul-Sul igualmente deparou com os seus empecilhos e contratempos. Primeiramente, na década de 1960 muitos países (particularmente do continente africano) encontravam-se ainda sob o domínio colonial, e por isso as dificuldades evidentes de poderem efetivamente lutar pela sua independência econômica. Subsidiariamente, a década de 1970, a despeito de apresentar um desempenho melhor para os países do Sul global, também teve os seus sobressaltos (crises do petróleo – 1973, 1979 etc.).

Em terceiro lugar, os anos 1980 que ficaram marcados como a década perdida, foi realmente um tempo de crescimento nulo para os países do Sul na medida em que estes se viram perante uma diminuição drástica das suas taxas de crescimento econômico e, deste modo, se endividando e aumentando as suas instabilidades econômicas, políticas e sociais sem precedentes.

Em quarto lugar, a década de 90 ficou conhecida pela aplicação da doutrina neoliberal, novas tensões e desagregações de países (um mundo não mais seguro que antes) e aceleração do processo globalizacional (maior prioridade ao capital e mercadorias, relegando para o segundo plano o emprego formal, bem-estar social, seguridade social, segurança protetora das pessoas, aparecimento de mais insegurança civil, isto é, criminalidade, violência urbana e no campo, delinquência, roubos, agressões, genocídios, etnocídios, epistemicídios etc.). Em boa medida, tais políticas não foram promissoras para os países do Sul global. Por último, a primeira década do século XXI que acabamos de vivenciar, foi uma década de muitos acertos implementados pelos países do Sul no sentido de corrigir os erros do passado, viabilizar o seu processo de desenvolvimento, bem como estabelecer outro paradigma da política internacional.

É nisto que podemos enfatizar o papel do IBAS. Como Cooperação na esfera econômica, política e estratégica fomentada por três potências intermediárias, *system-affecting states*, grandes mercados emergentes (Índia, Brasil e África do Sul), estes procuram políticas que possam viabilizar nova gestão da ordem mundial, multilateralizar o mundo, de modo que o Sul possa ter mais voz nas esferas de negociações internacionais e obter assim um progresso concreto.

Pela representatividade nas suas respectivas regiões (liderança praticamente natural), pela porcentagem que seus territórios dispõem no plano global, pelo seu peso econômico conjunto, pela sua população (mercado consumidor, mão-de-obra jovem e, naturalmente, com capacidade empreendedora), pelas suas políticas ativistas, engajadas e proativas (concertação política, coordenação de diversos setores e um Fundo para o desenvolvimento), o IBAS demonstra sua verdadeira e real intenção de propor e gerar mudanças na esfera política internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIRRE, Mariano y STETTER, Ernst. Introducción; In: GRATIUS, Susanne (Editora). **IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?** Madrid, FRIDE, 2008b, p. 1-2.

D'ADESKY, Jacques. Brasil-África: convergência para uma cooperação privilegiada. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-19, 1980.

GONÇALVES, Williams, 1953-. **Relações Internacionais**. 3ª. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

GRATIUS, Susanne. **India, Brasil y Sudáfrica: lecciones de la Cumbre de Nueva Delhi**. Madrid: FRIDE, opinión, octubre de 2008a.

LECHINI, Gladys. ¿La cooperación Sur-Sur es aún posible? El caso de las estrategias de Brasil y los impulsos de Argentina hacia los Estados de África y la nueva Sudáfrica. In: **Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico: lecciones desde África, Ásia y América Latina/** compilado por Atilio A. Boron y Gladys Lechini – 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Monica (Orgs). **Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias**. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

_____; MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo – uma análise da política externa brasileira. **Dados, Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº. 3, p. 349-363, 1982.

_____. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 48 (1): 24-59, 2005.

MARIANO, Karina Pasquariello. Globalização, integração e o Estado. **Lua Nova**. São Paulo, 71: 123-168, 2007.

MARTINIÈRE, Guy. O novo diálogo América Latina-África: fundamento das relações Sul-Sul. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, p. 43-62, 1980.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica do Brasil: algumas considerações. **Primeira Versão**. IFCH/UNICAMP, nº 102, fevereiro/2002.

_____. O Brasil e as negociações multilaterais. **Primeira Versão**. IFCH/UNICAMP, n. 93, outubro/2000.

NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OGWU, U. Joy. Cooperação Sul-Sul: problemas, possibilidades e perspectivas de uma relação emergente. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, nº. 11, p. 9-19, 1985.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A dimensão econômico-comercial: IBAS, a construção de uma agenda comum de cooperação Sul-Sul. In: Visentini, Paulo G. Fagundes. **G3 – Fórum de diálogo IBAS: uma experiência de cooperação Sul-Sul**. Curitiba: Juruá, 2010, p. 151-174.

SANTOS, Boaventura de Sousa de. As dores do pós-colonialismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21/08/2006.

_____. Para uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1, p. 7-34, janeiro/junho, 2001.

SCOTT, John (organizador). **50 grandes sociólogos contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 50 (2): 42-59, 2007.

THAROOR, Kanishk. **India: Entre “ser y convertirse”**. Madrid: FRIDE Comentario, abril de 2007.

VAZ, Alcides Costa. ¿Es IBSA un actor internacional? In: GRATIUS, Susanne (Editora). **IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?** Madrid: FRIDE, 2008b, p. 5-7.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.